



Falta o protocolo entre o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e a câmara para avançar a zona industrial norte, após “parecer favorável” ao parcelamento dos terrenos. IPTM aguarda mudanças por parte do Governo.

Em causa, estava o projeto de parcelamento dos terrenos, mas também as contrapartidas que o IPTM pretendia para os terrenos localizados entre o porto, a linha de caminho-de-ferro e a zona da Reserva Natural de Castro Marim, que abrangem cerca de 12 hectares.

O executivo liderado por Luís Gomes manifestou o seu “agrado” quanto à decisão do IPTM de emitir parecer favorável sobre o parcelamento, mas nem mesmo o autarca pode adiantar quando será formalizado o protocolo. A situação de ‘vazio’ existente no IPTM, que está em gestão corrente a aguardar mudanças por parte da tutela, pode vir a arrastar mais uma vez o processo.

Em declarações à Lusa Luís Gomes assume que, "infelizmente ainda ninguém percebeu como vai ser" (a mudança no IPTM) salientando também que "o Estado não pode é continuar a cercear as oportunidades de investimento" que surgem.

Recorde-se que em 2008 foram transferidas para as autarquias as competências do IPTM nas zonas portuárias algarvias que no caso de Vila Real de Santo António se estendem desde a zona da Docapesca a Norte (contígua à zona industrial), até à Ponta da Piedade, na foz do rio.

Fonte: [Observatório do Algarve](#)

[Ver mais aqui -&gt;](#)

